



A COLONIALIDADE EM ANÁLISE SOB O PRISMA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Carlos Vinicius Gomes Melo¹

Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, São Paulo, SP, Brasil

Alessandro de Oliveira dos Santos²

Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: A modernidade e a colonialidade possuem uma relação de interdependência que define quem são considerados "humanos" e "primitivos" desumanizados, por meio de classificações étnico-raciais, sexuais, espirituais de humanidade. Neste ensaio teórico, realizamos uma revisão narrativa da literatura para examinar a colonialidade pelo campo teórico-conceitual da psicologia social. A fim de ilustrar o poder dessa interdependência, destacamos a importância central da raça-etnia na historiografia da psicologia moderna no Brasil. Por fim, analisamos o fenômeno da colonialidade em relação a linguagem de humanização-desumanização étnico-racial, fundamentando-nos nas teorias psicológicas de identidade social e de essencialismo. Sob essa perspectiva teórica, é possível identificar os efeitos psicossociais da colonialidade e do racismo que se baseiam em estereótipos, preconceito e discriminação, humanizando grupos privilegiados e desumanizando grupos subordinados, com vistas a manutenção do *status quo*.

Palavras-Chave: Colonialismo; Desumanização; Racismo; Psicologia social; História da Psicologia.

¹ Pós-doutorando pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) com auxílio de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do IPUSP. Integrante do Grupo de Pesquisa Psicologia e Relações Étnico-Raciais do IPUSP. E-mail: cvgmelo@usp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3754-8905>.

² Professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Coordenador do Grupo de Pesquisa Psicologia e Relações Étnico-Raciais do IPUSP. Pesquisador associado do Grupo de Pesquisa das Periferias - nPeriferias do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP). E-mail: alos@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5261-0332>.



COLONIALITY UNDER EXAMINATION THROUGH THE PRISM OF SOCIAL PSYCHOLOGY

Abstract: Modernity and coloniality have an interdependent relationship that defines who are considered "humans" and the "primitive" dehumanized, through ethnic-racial, sexual, spiritual classifications of humanity. In this theoretical essay, we conducted a narrative literature review to examine coloniality through the theoretical-conceptual field of social psychology. In order to illustrate the power of this interdependence, we highlight the central importance of race-ethnicity in the historiography of modern psychology in Brazil. Finally, we analyze the phenomenon of coloniality in relation to the language of ethnic-racial humanization-dehumanization, grounding ourselves in the psychological theories of social identity and essentialism. From this historical and theoretical perspective, it is possible to identify the psychosocial effects of coloniality and racism that are based on stereotypes, prejudice, and discrimination, humanizing privileged groups and dehumanizing subordinate groups, aiming to maintain the status quo.

Keywords: Colonialism; Dehumanization; Racism; Social Psychology; History of Psychology.

LA COLONIALIDAD BAJO EXAMEN A TRAVÉS DEL PRISMA DE LA PSICOLOGÍA SOCIAL

Resumen: La modernidad y la colonialidad tienen una relación de interdependencia que define quiénes son considerados "humanos" y los "primitivos" deshumanizados, a través de clasificaciones étnico-raciales, sexuales, espirituales de la humanidad. En este ensayo teórico, realizamos una revisión narrativa de la literatura para examinar la colonialidad a través del campo teórico-conceptual de la psicología social. Con el fin de ilustrar el poder de esta interdependencia, destacamos la importancia central de la raza-etnia en la historiografía de la psicología moderna en Brasil. Por último, analizamos el fenómeno de la colonialidad en relación con el lenguaje de la humanización-deshumanización étnico-racial, basándonos en las teorías psicológicas de la identidad social y el esencialismo. Desde esta perspectiva histórica y teórica, es posible identificar los efectos psicosociales de la colonialidad y racismo que se basan en estereotipos, prejuicios y discriminación, humanizando a los grupos privilegiados y deshumanizando a los grupos subordinados, con el objetivo de mantener el statu quo.

Palabras-clave: Colonialismo; Deshumanización; Racismo; Psicología Social; Historia de la Psicología.



LA COLONIALITÉ SOUS L'EXAMEN DU PRISME DE LA PSYCHOLOGIE SOCIALE

Résumé: La modernité et la colonialité ont une relation d'interdépendance qui définit qui sont considérés comme "humains" et les "primitifs" déshumanisés, à travers des classifications ethniques-raciales, sexuelles, spirituelles de l'humanité. Dans cet essai théorique, nous avons effectué une revue narrative de la littérature pour examiner la colonialité à travers le champ théorique-conceptuel de la psychologie sociale. Afin d'illustrer le pouvoir de cette interdépendance, nous mettons en évidence l'importance centrale de la race-ethnicité dans l'historiographie de la psychologie moderne au Brésil. Enfin, nous analysons le phénomène de la colonialité par rapport au langage de l'humanisation-déshumanisation ethnique-raciale, en nous appuyant sur les théories psychologiques de l'identité sociale et de l'essentialisme. De ce point de vue historique et théorique, il est possible d'identifier les effets psychosociaux de la colonialité et racisme qui sont basés sur des stéréotypes, des préjugés et de la discrimination, humanisant les groupes privilégiés et déshumanisant les groupes subordonnés, visant à maintenir le statu quo.

Mots-clés: Colonialisme; Déshumanisation; Racisme; Psychologie sociale; Histoire de la psychologie.

INTRODUÇÃO

A colonialidade, uma faceta oculta e interdependente da modernidade, é um elemento estrutural que define as sociedades latino-americanas (Quijano, 2005; Assis, 2014; Borges, 2018). Não apenas um subproduto, a colonialidade foi a força que impulsionou o expansionismo civilizatório europeu, distribuindo recursos e privilégios por meio da classificação étnico-racial, sexual e espiritual da humanidade.

Durante a consolidação da cosmovisão universalista dos estados-nações europeus, centrada na racionalidade, a América Latina se orientava pela taxonomia humana baseada na raça e etnia. A interdependência entre a lógica da modernidade e a colonialidade se revela no surgimento de um pensamento moderno que prioriza a uniformização do ser e do viver, elevando a supremacia europeia (Borges, 2018). A modernidade estabelece a "humanidade" como algo universal, individual, racional e intrinsecamente superior à natureza, ainda que simultaneamente institua estratificações sociais pautadas na raça-etnia, nos gêneros/sexos, religião e cosmovisões.

Vendo a modernidade como um conceito firmemente atrelado ao projeto civilizatório ocidental, Giddens (1991) sugere que esta se constrói ao negar não somente



tradições, história, memória e ancestralidade, mas também ao rejeitar todas as particularidades, diversidades e diferenças humanas. Isso objetiva instaurar uma humanidade "absoluta" e "universal", moldada à luz da individualidade eurocêntrica. De forma análoga, Konder (2000) postula que o termo "humano moderno" revela uma alteração na percepção temporal, marcada pelo "ahistoricismo", caracterizando um isolamento individual cada vez mais vinculado à experiência secular. Portanto, a chegada da modernidade consolidou o domínio colonial, impondo um único modo de ser e existir, ao mesmo tempo em que silenciou outras possibilidades.

Quijano (2005) defende que o padrão de poder predominante na colonialidade é a classificação populacional com base na raça-etnia, uma construção simbólica que reflete a dominação colonial e permeia a esfera de poder global. Para o sociólogo, a globalização atual é uma extensão da colonialidade, um processo que se originou com a formação das Américas e do capitalismo colonial/moderno. A constante inovação e atualização deste novo modelo socioeconômico e cultural o tornam mais estável que o colonialismo que lhe deu origem. A lógica da modernidade não existe sem a lógica colonialista e, com ela, avança a racionalidade colonial (colonialidade).

O colonialismo, como um fenômeno geopolítico e histórico do processo civilizatório moderno, se caracteriza pelo extrativismo e apropriação de recursos naturais e matérias-primas para o mercado externo e para o suporte da economia europeia, através do uso intensivo de trabalho escravo. Na América Latina e, em especial, no Brasil, as principais consequências deste processo foram a dominação e exploração dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, além da instituição de uma desigualdade socioeconômica estrutural (Assis, 2014).

Em contrapartida, a colonialidade possui três dimensões: do poder, do saber e do ser. A colonialidade do poder está relacionado com as formas modernas de exploração e dominação, mantendo estruturas de subordinação e privilégios. No campo do saber, a colonialidade se manifesta nas formas de reprodução de regimes hegemônicos de pensamento, privilegiando um padrão de conhecimento em detrimento de todos os outros, reprimindo-os. Finalmente, a colonialidade do ser refere-se à experiência vivida de colonização e seus impactos na linguagem e cosmovisão dos povos colonizados (Assis, 2014; Laborne, 2014; Fanon, 2008).

A colonialidade, enquanto resquício do colonialismo, está intrinsecamente ligada à modernidade, pois ambas determinam as relações de poder, o conhecimento e a



identidade nos papéis sociais. A colonialidade continua a se manifestar mesmo após a independência política dos países colonizados, influenciando a distribuição de recursos e privilégios e a construção de identidades étnico-raciais. Destaca-se que a raça-etnia foi uma questão central na psicologia moderna brasileira desde o século XIX, ainda que registros indiquem discussões sobre o tema desde o século XVI, no período colonial (Antunes, 2005; Santos, Schucman & Martins, 2012). Esta importância reflete o poder da colonialidade na estruturação de desigualdades e na manutenção do racismo no país.

É imperativo que a psicologia, em todas as suas correntes - seja nas vertentes clássicas ou nas críticas (Ferreira, 2010; Pereira & Álvaro, 2013), aborde a colonialidade e suas classificações inerentes que moldam nossa organização política, econômica, moral, estética, psicológica e espiritual. Assim, a colonialidade é um fenômeno psicossocial que precisa ser examinado pelo campo teórico-conceitual diverso da psicologia social.

Mata (2022) argumenta que a psicologia social apresenta uma diversidade de perspectivas e paradigmas, que são complementares para se estudar o racismo, integrando diferentes pontos de vista para lidar com um problema complexo e multicausal. Isso aumenta a probabilidade de desvendar os elementos que contribuem para a expressão do preconceito e da discriminação étnico-racial.

A psicologia social oferece teorias e conceitos importantes para a compreensão da colonialidade, possibilitando a análise de como o racismo é construído e reforçado por processos cognitivos e comportamentais. Por exemplo, com base nas teorias do essencialismo e da identidade social pode-se observar que a colonialidade e a discriminação étnico-racial se perpetuam por meio da formação de estereótipos e preconceitos. Esta compreensão permite explorar o processo de essencialização dos "outros", ou "exogrupo" (grupo externo), atribuindo-lhe inferioridade e justificando sua subjugação e exploração no contexto das relações étnico-raciais. Também auxilia na compreensão de como ocorre a internalização ou adesão ao racismo, que influencia a autopercepção e o autoconceito em relação à categorização do "nós", ou "endogrupo" (grupo interno). Essa experiência histórica persistente de relações de poder entre grupos molda contextos, normas e práticas sociais que perpetuam a colonialidade.

Este ensaio tem como objetivo analisar o fenômeno da colonialidade sob o campo teórico-conceitual da psicologia social. Especificamente, busca-se: 1) caracterizar a centralidade do tema da raça-etnia na historiografia da psicologia



moderna no Brasil, exemplificando a influência da colonialidade no país; e 2) analisar o fenômeno da colonialidade em relação à linguagem de humanização-desumanização étnico-racial, com base na teoria da identidade social e na teoria do essencialismo. Com uma visão abrangente e integrada da psicologia social, é possível esperar uma atuação científica e profissional da psicologia que esteja alinhada com as realidades locais e que contribua para uma compreensão mais profunda dos efeitos psicossociais do racismo e da colonialidade.

A CENTRALIDADE DA RAÇA-ETNIA NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO PSICOLÓGICO NO BRASIL

A ideia de raça-etnia é o principal mecanismo de poder na colonialidade, pois expressa a dominação colonial e influencia as relações de poder no cenário entre grupos. É por meio dessa categorização que são instituídas as estratificações na sociedade, determinando as identidades e os papéis sociais (Quijano, 2005).

Na consolidação da sociedade brasileira, a raça-etnia foi estabelecida como a principal taxonomia humana, uma construção proveniente do colonialismo e da colonialidade, como observado, por exemplo, na historiografia do pensamento psicológico nacional. A raça-etnia permeia, como tema central no país, desde o século XVI, durante o período colonial, estabelecendo-se em estudos acadêmicos nas áreas da Medicina e da Educação no final do século XIX e início do XX (Antunes, 2005; Santos, Schucman & Martins, 2012).

Segundo Antunes (2005), os fundamentos do pensamento psicológico brasileiro surgiram no Brasil Colônia, sob forte influência da filosofia escolástica e religião católica. A aplicação da psicologia para entender diferenças entre povos, aculturação, controle político e técnicas de persuasão dos nativos "selvagens" eram preocupações centrais.

No final do século XIX, o Brasil buscou substituir tradições religiosas por práticas científicas, em meio à transição cultural de uma sociedade colonial escravagista e rural para uma moderna liberal e urbana. A psicologia moderna focou inicialmente na resolução de problemas sociais, abordando tópicos como "condições climáticas", "raça",



e "religiões afro-brasileiras", visando o avanço e modernização do Brasil através da intervenção em educação e saúde (Venâncio, Russo & Duarte, 2005).

Segundo Santos et al. (2012), a história do pensamento psicológico moderno sobre a raça-etnia pode ser compreendida em três momentos ou modelos teóricos distintos: biológico-causal, culturalista e relacional.

O final do século XIX e início do XX marcam o surgimento e a consolidação da Escola Nina Rodrigues, um movimento psiquiátrico orientado pelo determinismo biológico. Este primeiro momento caracteriza-se pelas investigações voltadas ao caráter psicológico dos negros escravizados e ex-escravizados nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. As figuras de destaque desse período incluem Raimundo Nina Rodrigues, Juliano Moreira, Afrânio Peixoto e Arthur Ramos (Santos et al., 2012).

O segundo momento, entre 1930 e 1950, se distingue pela crítica ao darwinismo social da fase anterior e pela desconstrução do determinismo biológico da raça-etnia. Neste momento, o debate étnico-racial se intensifica na psicologia com o propósito de mostrar que as diferenças sociais não decorrem de causas biológicas, mas de condições econômicas, educacionais e de socialização. As figuras de destaque desse período incluem nomes como Aniela Meyer Ginsberg, Otto Klineberg, Donald Pierson, Virgínia Leone Bicudo e Dante Moreira Leite.

O terceiro momento identificado por Santos et al. (2012) emerge na década de 1990 no qual emergem os estudos sobre branqueamento e branquitude de caráter analítico, social e psicodinâmico. A raça-etnia é tratada como uma construção social nas relações de poder e conformação das identidades sociais. As figuras de destaque desse período incluem nomes como Jurandir Freire Costa, Iray Carone, Maria Aparecida Bento e Edith Piza.

O segundo e o terceiro momento ocorrem em paralelo ao processo de institucionalização e profissionalização da psicologia, que se iniciou com a conquista da autonomia acadêmica, com o estabelecimento das primeiras disciplinas e laboratórios, e a formalização da profissão. As figuras pioneiras já citadas, além de introduzirem o tema raça-etnia na psicologia brasileira, foram responsáveis pela criação das primeiras cátedras, centros de estudo, propostas de regulamentação profissional e pela implementação do Sistema Conselhos de Psicologia.

A autonomia acadêmica na psicologia brasileira foi estabelecida com a formação das primeiras cátedras. Arthur Ramos, destacou-se ao assumir a primeira



cadeira de psicologia do país, na Universidade do Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 1934 e coordenar o Projeto UNESCO, voltado para compreensão das relações étnico-raciais no Brasil, na década de 1950 (Silveira, 2018; Gutman, 2007). Donald Pierson, estadunidense, influenciado pelo interacionismo de George Mead, líder da cátedra de Psicologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo na década de 1940, produziu trabalhos importantes sobre raça-etnia no Brasil (Lima & Techio, 2013; Guimarães, 2007). O canadense Otto Klineberg, líder da cátedra de Psicologia do curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL-USP) entre 1945-47, destacou-se pela crítica ao uso de testes de inteligência para legitimar hierarquias étnico-raciais (Soares, 2010; Yelvington, 2007; Maio, 1999).

A profissionalização da psicologia se fortaleceu graças às contribuições importantes de figuras como Anielá Meyer Ginsberg, filósofa pioneira em Psicologia do Trabalho, em estudos comparativos inter e intraculturais, participante do Projeto UNESCO e líder do primeiro projeto de regulamentação da profissão de “psicólogo” no Brasil em 1953 (Cunha & Santos, 2014). Virgínia Leone Bicudo, também participante do Projeto UNESCO, primeira mulher negra psicanalista no Brasil, fez contribuições significativas para o estudo das relações étnico-raciais. E, foi figura importante na regulamentação da profissão, chegando a ocupar a presidência do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 1976 (Soares, 2010; Teperman, 2011). Dante Moreira Leite, docente na USP, destacou-se por seus estudos em relações étnico-raciais e contribuiu com participação nas comissões para a regulamentação da profissão (Santos, Schucman & Martins, 2012; Cunha & Santos, 2015). A regulamentação formal da profissão de psicólogo ocorreu em 27 de agosto de 1962, com a Lei 4.119 e a implementação do CFP em 1972 marcou o período de consolidação dessa área de conhecimento como ciência e profissão (Chaves, 1992).

Fica evidente a presença de figuras que fundaram e sedimentaram a psicologia moderna e científica no Brasil, tendo a raça-etnia como seu principal objeto de estudo. Essa constatação dá notoriedade ao tema da raça-etnia como um dos principais objetos de investigação psicológica.

A proeminência que o tema tem na psicologia brasileira, portanto, mostra o grau de influência do colonialismo e da colonialidade no país (Baptista, 2010; Soares, 2010; Pereira & Pereira Neto, 2003). É por meio dessa influência que a estratificação



social e a definição de identidades e papéis sociais são estabelecidos entre os grupos étnico-raciais.

COLONIALIDADE E A HUMANIZAÇÃO-DESUMANIZAÇÃO SOB O PRISMA DA PSICOLOGIA SOCIAL

De acordo com Quijano (2005), a colonialidade se baseia em um padrão simbólico e psicológico de poder, que relega o não-europeu à inferiorização, ao passado e ao primitivismo. Este processo tem íntima relação com a concepção de modernidade europeia, construída em torno de ideias de progresso, racionalidade e secularidade, posicionando a Europa e os europeus como o ápice da trajetória civilizatória humana. O autor salienta que a formação da Europa só foi possível através do trabalho escravizado dos índios, negros e mestiços nas Américas, evidenciando a produção mútua da América e da Europa como as primeiras novas identidades geoculturais do mundo moderno.

O sociólogo peruano critica ainda a concepção da Europa como uma "nova identidade" (p. 6), que leva os europeus ocidentais a se autocategorizarem como o apogeu da humanidade. Essa identidade, estabelecida como a mais avançada, passa a ser sinônimo de "evolução" e "superioridade" humana, atribuindo, paralelamente, ao restante do mundo a condição de primitividade e inferioridade. Segundo Quijano (2005), os europeus se autodefiniram como portadores exclusivos da modernidade, e também seus únicos criadores, protagonistas e propagadores, estabelecendo essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo simbólico que define o padrão mundial de poder.

A subalternidade é então atribuída ao restante do mundo. Este processo de diferenciação ocorre principalmente por meio da linguagem, que serve para designar e consolidar categorias de humanização e desumanização étnico-racial. Fanon (2008) argumenta que o racismo é a linguagem que estrutura a recusa do reconhecimento do "outro" como igual.

A análise sobre essa linguagem de humanização-desumanização é crucial no contexto brasileiro e latino-americano, pois permite o estudo das práticas discursivas e valorativas que contribuem para a reprodução e resistência à colonialidade. A teoria da identidade social, que enfatiza a formação de um autoconceito positivo pelos grupos



dominantes para se diferenciarem dos grupos subordinados, e a teoria do essencialismo, que envolve a atribuição de características fixas a grupos sociais, podem auxiliar na explicação da persistência desse fenômeno social e histórico.

A teoria da identidade social argumenta que as pessoas, particularmente aquelas pertencentes a grupos hegemônicos, são motivadas a formar esquemas mentais positivos sobre si mesmas para se diferenciarem valorativamente do seu autoconceito e do seu próprio grupo ou categoria social. Essa motivação resulta, *a priori*, em um favoritismo endogrupal que, por estar baseado no sentimento de superioridade, promove um afastamento real e simbólico do exogrupo (Tajfel, 1981; Tajfel & Turner, 1986).

A teoria da autocategorização, derivada da teoria da identidade social, enfatiza que a categorização social ocorre sempre dentro de um contexto, e que a identidade reflete o posicionamento de indivíduos e grupos específicos no mundo. No âmbito das relações sociais, a autocategorização da identidade está centrada na consciência simultânea de semelhanças e diferenças: semelhanças entre si e os membros do endogrupo contrastadas com o exagero das diferenças com o exogrupo (Augoustinos & Walker, 2007). Como consequência, há a ativação e aplicação de estereótipos positivos autoafirmativos para o endogrupo, enquanto se direcionam robustos estereótipos negativos para o exogrupo, o que leva a atitudes preconceituosas que justificam de forma passional a desumanização e o tratamento desigual e discriminatório.

O processo de categorização social possibilita a criação de rótulos aplicáveis entre grupos sociais, o que conseqüentemente favorece a interpretação baseada em estereótipos. No jogo das identidades, destaca-se a entitatividade, uma percepção social do exogrupo como uma entidade única, onde os membros são concebidos de forma essencializada como homogêneos em características, comportamentos, intenções e destinos. Esta percepção influencia fenômenos como a expressão de preconceito, a acentuação perceptual das diferenças intergrupais, a tendência a intensificar a desumanização dos membros do exogrupo e a justificação das desigualdades sociais (Pereira, Modesto & Matos, 2012). Isso favorece, por exemplo, no contexto da colonialidade, ainda mais a atribuição das semelhanças entre os europeus como humanos e superiores, e a diferenciação destes em relação aos indígenas e africanos considerados colonizados e primitivos, tornando estes últimos passíveis de sofrimento e exploração.



A dimensão valorativa que distingue identidades entre "evoluídos" e "primitivos" na trama da colonialidade é alimentada pelo essencialismo aplicado a diferentes grupos e povos. Como definem Estrada, Oyarzún e Yzerbyt (2008), o essencialismo seria a tendência de essencializar entidades sociais (categorias sociais, grupos, agregados, indivíduos) em características específicas. Trata-se de uma espécie de teoria implícita que serve para sustentar as diferenças entre grupos com base em explicações biológicas, culturais e sociais.

Teorias implícitas, de acordo com Pereira et al. (2012), são modelos explicativos sem base em evidência, mas socialmente consensuados, adotados por oferecerem explicações simplistas sobre intenções de entidades sociais, bem como sobre causas para determinados acontecimentos. Assim, conforme Estrada et al. (2008), existe a tendência de atribuir características essenciais humanas e superiores para entidades do endogrupo e uma essência inferior, menos humana, para o exogrupo, justificando a desumanização e exploração desse "outro".

Lima, Faro e Santos (2016) observam que uma das principais formas de desumanização é a exclusão moral, que ocorre quando indivíduos ou grupos são vistos como estando fora dos limites das normas sociais, valores morais e conceitos que seguem um modelo específico de justiça e igualdade. Excluir o outro significa não o considerar digno de sentimentos positivos ou de ações de cuidado e apoio, legitimando assim qualquer tipo de violência contra ele. Os autores demonstram essa evidência ao analisar as representações sociais e as crenças de desumanização de duas minorias étnico-raciais (indígenas e ciganos), com base em entrevistas com 978 brasileiros utilizando a técnica de associação livre. Eles concluem ainda que há uma relação entre a identidade do grupo excluído, a norma social dominante e o contato social intergrupar para caracterizar o tipo de desumanização perpetrada. Este fator mediador da desumanização passa pela noção de competição e ameaça real ou simbólica entre os grupos privilegiados e subordinados (Lima et al., 2016).

Para além da ameaça real de recurso materiais, existe a ameaça simbólica, especialmente em relação ao protótipo do que é ser humano. As formas de caracterizar a humanidade passam por um sentido do que é este protótipo tipicamente humano e, portanto, a falta dessas mesmas características humanas indicaria a desumanização. Por isso, a desumanização animalizada de determinados grupos étnico-raciais ocorre com base em alguns padrões hegemônicos de civilidade. Por exemplo, aqueles percebidos



como sem raciocínio abstrato e sem qualidades de aprendizagem social são adjudicados como pertencendo ao polo da natureza, presos à biologia e aos instintos. Assim, se evidencia a desumanização destes em relação àqueles que são atribuídos no polo da cultura, educação e sofisticação intelectual (Bain, Vaes & Leyes, 2013), como pode ser ilustrado no trecho abaixo da obra clássica “Filosofia da história” de Hegel, publicada em 1837:

A principal característica dos negros é que sua consciência não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com sua própria vontade, e onde ele teria uma idéia geral de sua essência. (...) O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos de sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a idéia de caráter humano. (...) Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato, inexistente. (...) Com isso, deixamos a África. Não vamos abordá-la posteriormente, pois ela não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar (Hegel, 1995, p. 84-88).

Na medida em que o filósofo germânico afirma que a razão é a realização do divino e que os africanos não possuem divindade ou consciência superior, eles não são considerados humanos, sendo então excluídos da análise histórica da razão e submetidos à desumanização pela exclusão moral.

Esse tipo de classificação com base em uma hierarquia étnico-racial orienta o tônus afetivo para cada um dos grupos, com emoções negativas para o grupo desumanizado, cujos membros são sistematicamente alvos do preconceito e discriminação, e subordinado ao grupo que detém o privilégio das qualidades “humanas” (Melo & Santos, 2018; Bain et al., 2014).

As teorias da psicologia social aplicadas ao estudo da colonialidade permitem compreender como as ideias de superioridade e inferioridade são reforçadas e perpetuadas como preconceito e discriminação. Como explicam Estrada et al. (2008), o essencialismo serve para justificar as diferenças entre os grupos, baseando-se em explicações biológicas, culturais e sociais. Estas diferenças, por sua vez, fornecem a base para a desumanização e exploração do "outro".

A essencialização étnico-racial, segundo a teoria do essencialismo, é um processo pelo qual os grupos são percebidos como possuindo características inatas e imutáveis. No contexto da colonialidade, isto pode manifestar-se na atribuição de características "primitivas" e "inferiores" aos grupos não-europeus.



A teoria da identidade social e do essencialismo interagem de maneira profunda. A identidade social pode gerar um viés de favoritismo intragrupo, promovendo a valorização das pessoas pertencentes ao mesmo grupo étnico-racial. Isso pode contribuir para a formação de estereótipos e preconceitos contra os que são identificados como pertencentes a outros grupos.

Simultaneamente, o essencialismo pode consolidar esses estereótipos negativos e preconceitos, levando as pessoas a acreditarem que tais características atribuídas aos “outros” são inerentes, imutáveis e verdadeiras. Isso pode resultar na concepção de que determinados grupos são naturalmente superiores ou inferiores, perpetuando assim a desigualdade.

No contexto da colonialidade, o grupo dominante (brancos europeus) pode se autoidentificar como superior e atribuir características negativas ao grupo não dominante (não brancos e europeus), como "primitivos" ou "bárbaros". Essa dinâmica torna-se um ciclo contínuo de desumanização e discriminação, à medida que essas crenças são reforçadas ao longo do tempo.

EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA COLONIALIDADE E DO RACISMO

A desumanização pode ser definida como um processo complexo e prejudicial que ocorre quando se nega a plena humanidade de uma pessoa ou grupo. É caracterizado pela atribuição de qualidades consideradas "menos humanas" ou "não humanas", baseando-se em características como raça-etnia, religião, gênero ou classe social, entre outras. No contexto brasileiro e latino-americano, normalmente é impulsionado por ideologias e estruturas de poder como a colonialidade. A desumanização retroalimenta a manutenção de desigualdades, tendo efeitos prejudiciais tanto ao nível individual como coletivo.

Essa desumanização advém da imposição de uma hierarquia artificial de valor humano, que atribui a determinados grupos o status de "outros" menos plenamente humanos. Tal como a colonialidade, o racismo é uma ideologia constituída por um conjunto de crenças compartilhadas socialmente de caráter descritivo, avaliativo e prescritivo (normas sociais), que se manifestam em esquemas mentais, emocionais e



comportamentais. Nesse sentido, produzem efeitos psicossociais que se manifestam por meio de estereótipos, preconceitos e discriminação (Melo & Santos, 2018; Krüger, 2011).

O estereótipo é conceituado por Pereira, Modesto, Matos e Nascimento (2013) como um sistema de crenças compartilhado socialmente que se refere a características homogêneas de indivíduos pertencentes a uma categoria social específica. Conforme esses autores, os estereótipos baseiam-se em teorias intencionais implícitas ou teorias explicativas causais, cumprindo a função de organizar a realidade social e fornecer elementos para a justificação e legitimação dos arranjos sociais. Os estereótipos também podem surgir de experiências pessoais, informações externas ou da mídia e são influenciados por fatores como preconceito e poder. Estes não só afetam o comportamento e interações sociais, mas também estão intrinsecamente ligados à identidade social, influenciando positiva ou negativamente a autoestima e a autoimagem dos indivíduos pertencentes aos diferentes grupos (Krüger, 2004; Lima & Vala, 2004).

O preconceito é um predicativo atitudinal e afetivo, ou seja, uma predisposição cognitiva baseada em emoções negativas infundadas contra um grupo ou um indivíduo considerado membro desse grupo. O automatismo do preconceito pode ser controlado por motivações externas (desejabilidade social) ou internas (valores pessoais e preservação de autoconceito), podendo então se manifestar de forma sutil e inconsciente em vez de hostilidade explícita e direta. O preconceito sutil pode ser ambíguo, indicando maior afinidade ou viés positivo para grupos majoritários em vez de maior aversão ao grupo minoritário. O preconceito pode ser também ambivalente, na medida que o tônus afetivo sob os grupos minoritários pode ser de desrespeito, mas de bem-querer condescendente, ou de respeito, mas de malquerença. De um modo geral, apesar do preconceito sutil e inconsciente ser mais difícil de se perceber socialmente comparado as formas mais explícitas, ainda assim pode ter efeitos adversos significativos (Melo & Santos, 2018; Palma & Maroco, 2009; Blank, Dabady & Citro, 2004; Allport, 1979).

A discriminação, por sua vez, consiste em um comportamento negativo em relação a membros de um grupo específico, um tratamento diferenciado em um gradiente de ações: antilocução (observações contra uma pessoa, grupo ou comunidade, que não são expressas diretamente ou explicitamente), evitação, segregação, ataques físicos ou verbais e extermínio. A discriminação pode ser intencional e explícita, bem



como sutil e ambígua. A discriminação intencional é quando uma pessoa ou grupo age com a intenção de prejudicar membros de um grupo específico e a explícita é quando a discriminação é aberta e óbvia. As formas mais sutis e ambíguas de discriminação podem ocorrer espontaneamente e ser mais difíceis de detectar, especialmente em nível institucional. Embora comumente considerada como um evento isolado, a discriminação tem, na realidade, efeitos cumulativos e intergeracionais de desvantagens e desigualdades e pode afetar diferentes áreas da vida, como o mercado de trabalho, a educação, a habitação, a justiça criminal e a saúde (Blank, Dabady & Citro, 2004; Allport, 1979).

No contexto da colonialidade, o racismo torna-se uma justificação passional para as desvantagens materiais e simbólicas historicamente herdadas e perpetuadas por gerações (Comas, 1970). Portanto, como psicólogos, há a necessidade de reconhecer e abordar essas desvantagens cumulativas e intergeracionais ao trabalhar com populações afetadas pelo legado da colonialidade.

Assim como a colonialidade, o racismo afeta a realidade material e simbólica da dinâmica social, política e econômica. Com base numa marca física externa real ou imaginada, membros de grupos minoritários são limitados, excluídos e/ou discriminados, enquanto privilégios são atribuídos a membros de grupos hegemônicos.

Os psicólogos devem estar cientes desses sistemas de crenças e de como eles moldam as identidades pessoais, relacionais e sociais, bem como traços de personalidade, atitudes e comportamentos, a fim de intervir efetivamente frente a discriminação e promover a igualdade étnico-racial. O reconhecimento da colonialidade, sua estrutura de poder e a compreensão sobre os efeitos psicossociais do racismo podem levar a intervenções mais eficazes frente a ambos – colonialidade e racismo.

CONCLUSÃO

Neste ensaio teórico, exploramos a intrincada realidade da colonialidade, do racismo e de seus efeitos psicossociais. Discutimos como a concepção de humanidade foi moldada na interdependência com as classificações étnico-raciais durante o



estabelecimento do sistema mundo moderno colonial. Observamos que a raça-etnia foi um tema central na construção do pensamento psicológico brasileiro, ilustrando o poder da colonialidade estabelecida no país, essencial para a compreensão das identidades e dos papéis sociais na sociedade. Também analisamos a interação entre as teorias de identidade, categorização social e essencialismo, trabalhando com os conceitos de humanização e desumanização e de estereótipos, preconceito e discriminação sob o campo teórico-conceitual da psicologia social para entender os mecanismos que favorecem as desigualdades persistentes na sociedade brasileira.

A psicologia social se mostra de grande relevância para o estudo da colonialidade, principalmente para a compreensão mais profunda dos efeitos psicossociais do racismo. A psicologia não pode ignorar ou negligenciar os fenômenos psicossociais advindos da colonialidade e as implicações do racismo dela decorrentes. Uma análise conceitual sobre a colonialidade pode enriquecer o conhecimento psicológico, aprimorando intervenções e pesquisas sobre relações étnico-raciais e as consequências históricas e culturais da própria colonialidade.

Há espaço para pesquisas futuras que investiguem ainda mais a fundo os efeitos psicossociais da colonialidade em conexão com o racismo, tal como as respostas efetivas a esses desafios. Tais pesquisas podem considerar a aplicação de diferentes abordagens psicológicas para entender a construção sociocultural das diferenças e desigualdades, com o objetivo de ajudar os psicólogos e pesquisadores que enfrentam estas questões. O estudo do tema da raça-etnia desempenha um papel essencial na psicologia brasileira, como demonstrado. O que reforça a necessidade de contínuos e variados estudos sobre o tema.

AGRADECIMENTOS

O artigo é composto com resultados de pesquisa apoiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLPORT, Gordon Willard. *The nature of prejudice*. New York: Basic Books, 1979.



ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco Editora/Educ 4a, 2005.

AUGOUSTINOS, Martha; WALKER, Ian. *Social Cognition: an integrated introduction* (p. 67-111). London: Sage Publications, 2007.

BAIN, Paul; VAES, Jeroen; LEYES, Jacques. Advances in Understanding Humanness and Dehumanization. In Bain, P., Vaes, J. & Leyes J. (Orgs). *Humanness and dehumanization*. New York: Psychology Press, 2013.

BAPTISTA, Marisa Todescan Dias da Silva. A regulamentação da profissão psicologia: Documentos que explicam o processo histórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Número especial ano 30. 8 (41), 2010, p. 7-42. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500008>

BLANK, Rebecca; DABADY, Marilyn; CITRO, Constance. *Mensuring racial discrimination: panel on methods for assessing discrimination*. Washington, DC: National Research Council, 2004.

BORGES, Cristina. Para mulheres marginais, epistemologias marginais: religião, interculturalidade e descolonização. *Mandrágora*, v.24. n. 2, 2018, p. 201-214. <https://doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v24n2p201-214>

CHAVES, Antônio Marcos. 30 anos de regulamentação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 12(2), 1992, p. 4-9. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931992000200002>

COMAS, Juan. Os mitos raciais. In: Comas, J., Little, K. L., Shapiro, H. L., Leiris, M. & Levi-Strauss, C. (Orgs.). *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

CUNHA, Renata Rocha Tsuji da & SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. A produção de Dante Moreira Leite (1927-1976) na compreensão das relações étnico-raciais no Brasil. *Revista de Psicologia da UNESP*, 14(1), 2015, p. 43-55.

ESTRADA, Claudia., OYARZÚN, Miriam, & YZERBYT, Vincent. Teorías Implícitas y Esencialismo Psicológico: Herramientas Conceptuales Para el Estudio de las Relaciones Entre y Dentro de los Grupos. *Psykhé*, 16, 2, 2008, p. 139-149.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008

FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 2010 p.51-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed Unesp, 2ªed, 1991.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. O Projeto UNESCO na Bahia. In: PEREIRA, C. L. & SANSONE, L., (orgs.). *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007.

GUTMAN, Guilherme. Raça e psicanálise no Brasil. Ponto de origem: Arthur Ramos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 10(4), 2007, p.711-728.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. Brasília: Ed. UnB, 1995.



KRÜGER, Helmuth. Ideologias, sistemas de crenças e atitudes. In: CAMINO, Leôncio, TORRES, Ana Raquel Rosas., LIMA, Marcus Eugênio Oliveira & PEREIRA, Marcos Emanuel. *Psicologia Social: temas e teorias*. Brasília: Technopolitik, 2011, p.263-310.

KRÜGER, Helmuth. Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. In Lima, M. E. O. & Pereira, M. E. (Eds.). *Estereótipos, Preconceitos e Discriminação*. Editora EDUFBA, 2004. p. 23-40.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude e colonialidade do saber. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. 1.], v. 6, n. 13, 2023, p. 148–161, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/156> Acesso em: 07/07/2023.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira, FARO, André, & SANTOS, Mayara Rodrigues dos. A desumanização Presente nos Estereótipos de Índios e Ciganos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32, n. 1, 2016, p. 219–228. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-37722016012053219228>

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira, & TECHIO, Elza Maria. Formação acadêmica em Psicologia Social no Brasil e na América do Sul. *Estudos de Psicologia* (Natal), 18(1), 2013. p. 75–82

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira, & VALA, Jorge. Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? O monstro da automaticidade. In LIMA, Marcus Eugênio Oliveira & PEREIRA, Marcos Emanuel. (Eds.), *Estereótipos, Preconceitos e Discriminação*. Editora EDUFBA, 2004. p. 41-62.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil nos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41), 1999. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300009>

MATA, Valdísia Pereira da. Discriminação racial. Em MELO, Carlos Vinicius Gomes (Org.), PAIM, Altair dos Santos. (Org.), MATA Filho, Valter da. (Org.), & MATA, Valdísia Pereira da (Org.). *Psicologia e Relações Étnico-raciais: teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFBA*. Salvador (BA): Kawo-Kabiyesile, 2002.

MELO, Carlos Vinicius Gomes & SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. Racismo, reconhecimento social e os efeitos psicossociais. In CALEGARE, Marcelo. & ALBUQUERQUE, Renan. (org.) *Processos Psicossociais na Amazônia: reflexões sobre raça, etnia, saúde mental e educação*. Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

PALMA, Tomás., & MAROCO, João. Escalas de motivação interna e motivação externa para responder sem preconceito: estudo de validação cruzada da versão portuguesa. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 10(2), 267-275, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/362/36218589010.pdf> Acesso em: 07/07/2023.

PEREIRA, Fernanda Martins, & PEREIRA NETO, André. *O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização*. *Psicologia Em Estudo*, 8(2), 19–27, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000200003>

PEREIRA, Marcos Emanuel, MODESTO, João Gabriel, MATOS, Marta Silva Dantas, & NASCIMENTO, Viviane Souza. Em direção a uma nova definição de estereótipos: teste empírico do modelo em um segundo cenário experimental. *Psicologia e Saber Social*, 2(1), 2013, p. 17-32. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi> Acesso em: 07/07/2023.



PEREIRA, Marcos Emanuel, MODESTO, João Gabriel, & MATOS, Marta Silva Dantas. Em direção a uma nova definição de estereótipos: teste empírico do modelo num primeiro cenário experimental. *Psicologia e Saber Social*, 1, 2012, p.201-220. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-776082> Acesso em: 07/07/2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005, pp. 118-142.

SILVEIRA, Matheus Henrique da. A "obra científica" de Arthur Ramos: um médico na Educação. Anais do XXIV Encontro Estadual da Associação Nacional de História, seção São Paulo, 2018. Disponível: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1533216502_ARQUIVO_MatheusHenriquedaSilveira.pdf. Acesso em: 07/07/2023.

SOARES, Antônio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Número especial Ano 30. 8(41), 2010, p.7-42. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6471> Acesso em: 07/07/2023.

TAJFEL, Henri. *Human Groups and Social Categories*. Studies in social psychology. Cambridge: CUP Archive, 1981, p. 369.

TAJFEL, Henri., & TURNER, John. The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel & W. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7–24). Chicago, IL: Nelson Hall, 1986.

TEPERMAN, Maria Helena Indig & KNOPF, Sonia. Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira. *Jornal de Psicanálise*, 44(80), 2011, p. 65-77. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352011000100006&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 07/07/2023.

VENÂNCIO, Ana Teresa, RUSSO, Jane, & DUARTE, Luiz Fernando Dias. Apresentação. In DUARTE, Luiz Fernando Dias., RUSSO, Jane, & VENÂNCIO, Ana Teresa (orgs) (2005). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

YELVINGTON, Kevin. Melville J. Herskovits e a institucionalização dos Estudos Afro-Americanos. In *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos / Cláudio Luiz Pereira e Livio Sansone, organização*. Salvador: EDUFBA, 2007.

Recebido em: 20/08/2023

Aprovado em: 19/09/2023